
UMA BREVE APROXIMAÇÃO À TEORIA POLÍTICA

Ubiratan de Mattos

Advogado

Professor Universitário

Gestor de Instituições de Ensino Superior

Mestre em Letras pela PUC/PR

Doutorando em Direito pela UFSC

ubiratandemattos@brturbo.com.br

RESUMO

O texto aborda a política, do ponto de vista dialético, partindo das dicotomias e antíteses, até certo ponto surpreendentes, que o termo suporta. Da nobre “arte de governar” à vilania da “manipulação para atingir fins questionáveis”, a política executa a sua dança semântica, permitindo e provocando uma reflexão “de amor-e-ódio”, a depender do grau de purismo do sujeito cognoscente. O porquê da(s) antítese(s) vai ser encontrado naquilo que a política “tem sido” e não, necessariamente, no que ela “é” ou “deva ser”. Dos gregos à atualidade, o estudo mostra como se tece, no bojo político, o poder, capaz de pretender o “bem comum”, na abstração máxima do Estado como “sujeito político” e do homem como “cidadão”. Assim, da “cortesia”, nascida nas “cortes”, em oposição à nascente burguesia, até a gestão do negócio público, a política passa pela “moralidade”, pela “liberdade”, portanto reveste-se também de “ética” e de “legitimidade”.

Palavras-chave: Política. Ética. Filosofia.

INTRODUÇÃO

Um olhar lançado ao Léxico suscita, para a “política,” uma perplexidade inicial, fundamentada, pelo menos, em dois sentidos dicionarizados, que chamam a atenção por uma razão instigante: são diametralmente opostos. Política pode ser percebida tanto como “arte ou ciência de governar” quanto como “astúcia”, “maquiavelismo”, “manipulação de meios para certos resultados”. A história deve, se não justificar, ao menos explicar esse fenômeno semântico-filosófico de contradições simultâneas envolvendo um termo tão significativo para o conhecimento.

“Política”, enquanto termo e conceito, merece um curto inventário de significados, o qual pode jogar luzes no, o que é o absolutamente esperado. Mas pelo menos dois sentidos dicionarizados passeio histórico que a teoria política (ou ciência política) permite. Olhando apenas e inicialmente para o Léxico, encontram-se significados diversos, alguns muito semelhantes chamam a atenção, por uma razão instigante: serem diametralmente opostos. Esta

constatação, a princípio “singela” e despretensiosa, provoca e revela, na verdade, a possibilidade do salto para as raízes históricas que contêm pelo menos algumas das mais relevantes explicações para a existência simultânea de sentidos tão contraditórios do termo. Tomemos então dois conjuntos semânticos oriundos de dois dicionários tradicionais disponíveis no Brasil.

O *Dicionário Eletrônico Houaiss da Língua Portuguesa 1.0.5a* apresenta o seguinte elenco para o termo:

Política:

- substantivo feminino

1 arte ou ciência de governar

2 arte ou ciência da organização, direção e administração de nações ou Estados; aplicação desta arte aos negócios internos da nação (política interna) ou aos negócios externos (política externa); ciência política

3 orientação ou método político

3.1 Derivação: por extensão de sentido.

série de medidas para a obtenção de um fim

4 arte de guiar ou influenciar o modo de governo pela organização de um partido, pela influência da opinião pública, pela aliciação de eleitores etc.

5 prática ou profissão de conduzir negócios políticos

6 conjunto de princípios ou opiniões políticas

6.1 o conjunto de opiniões e/ou simpatias de uma pessoa com relação à arte ou ciência política, a uma doutrina ou ação política etc.

7 cerimônia, cortesia, urbanidade

8 Derivação: sentido figurado.

habilidade no relacionar-se com os outros tendo em vista a obtenção de resultados desejados

9 Derivação: sentido figurado.

astúcia, maquiavelismo no processo de obtenção de alguma coisa.

O *Dicionário eletrônico Aurélio – Século XXI* assim dispõe:

Política

[F. subst. de político.]

S. f.

- 1 Ciência dos fenômenos referentes ao Estado; ciência política.
- 2 Sistema de regras respeitantes à direção dos negócios públicos.
- 3 Arte de bem governar os povos.
- 4 Conjunto de objetivos que enformam determinado programa de ação governamental e condicionam a sua execução.
- 5 Princípio doutrinário que caracteriza a estrutura constitucional do Estado.
- 6 Posição ideológica a respeito dos fins do Estado.
- 7 Atividade exercida na disputa dos cargos de governo ou no proselitismo partidário.
- 8 Habilidade no trato das relações humanas, com vista à obtenção dos resultados desejados.
- 9 P. ext. Civilidade, cortesia.
- 10 Fig. Astúcia, ardil, artifício, esperteza.

Começando pelo final, chama atenção a oposição semântica que a política enfrenta quando lemos os significados 9 e 10 do “Aurélio”. Política tanto pode ser “civilidade, cortesia”, quanto “astúcia, ardil, artifício, esperteza”. As duas palavras primeiras são totalmente portadoras de características “virtuosas”; as quatro últimas, radicalmente “antivirtuosas” na carga semântica. E, ainda no “Aurélio”, lemos esta outra antinomia, entre os significados 1-2-3 e 7-8: no primeiro grupo, achamos a política identificada (“positivamente”) com a própria “ciência política”, com a “direção dos negócios públicos” e até mesmo com a “arte de bem governar os povos”; o segundo grupo informa política como sendo “proselitismo partidário” e “habilidade no trato das relações humanas, com vista à obtenção dos resultados desejados”, ou seja, sinônimo de “manipulação” de meios para o atingimento de determinados fins. E certamente entre esses meios figuram não só as relações humanas, como também os próprios seres humanos que as compõem, sem os quais as “relações” não seriam “humanas”.

Na mesma linha caminha o “Houaiss”, onde se percebe, nos significados 1-2, a “arte de governar” e a “ciência política”, e em seguida, no par de significados 4-9, a “influência da opinião pública, pela aliciação de eleitores” e “astúcia, maquiavelismo no processo de obtenção de alguma coisa”.

É de se indagar de onde parte esta possibilidade insólita de significados antitéticos. Estaria, quem sabe, na própria prática política, ao longo do tempo, a explicação para tais “âncoras” de sentido ricamente antagônicas? “O que é a política?”, então, daria lugar a uma melhor indagação: “o que a política tem sido?”, dando início a uma compreensão distinta, que passa a entender a antítese como parte integrante e indissociável do conceito de política?

Na verdade, política é tudo isso e, talvez, seja mais. Está fora de questão ser isto ou aquilo; é, sim, definitivamente, isto e aquilo. Panorâmica e lexicalmente, não há como buscar alternativas semânticas — o que há é adição de sentido, a política é um ente múltiplo e complexo em si e por si. Também indissociável deste raciocínio, sobrevém o elemento “poder”, assim explicitado pelo Houaiss:

Poder -

- substantivo masculino (s XIII)

14. direito ou capacidade de decidir, agir e ter voz de mando; autoridade
15. governo de um país, de um Estado etc.
Ex.: p. monárquico
- 15.1 esse poder considerado a partir de suas formas e manifestações
Ex.: p. executivo, p. judiciário, p. legislativo
16. possibilidade, natural ou adquirida, de fazer determinadas coisas; capacidade, faculdade
Ex.: tinha o p. de conquistar amizades com grande facilidade
17. vigor, potência
18. supremacia em dirigir e governar as ações de outrem pela imposição da obediência; dominação, domínio
19. domínio de fato exercido sobre uma coisa; posse
20. virtude ou poder de (algo) produzir determinado efeito; eficácia
Ex.: o grande p. da vitamina C já está comprovado
21. meio pelo qual se vence uma dificuldade, um embaraço; recurso
22. qualidade de quem demonstra capacidade, aptidão, perícia
Ex.: a cantora tinha o p. de silenciar a platéia
23. grande quantidade; abundância
Ex.: um p. de bombas caindo sobre a cidade indefesa

Veja-se a força expressa no conceito manifestado sob o número 14: “direito ou capacidade de decidir, agir e ter voz de mando; autoridade”. *Direito e capacidade* estão suficientemente próximos, na frase, para causar um calafrio. Poder é definido, então, tanto pelo direito quanto pela capacidade de tomar decisões, de mandar, de exercer uma autoridade. Vemos, avançando na reflexão, que, se perguntarmos quem é ou quem pode ser o sujeito desse poder, a resposta, quase imediata, é: o *sujeito político*. É relativamente fácil perceber que a dinâmica política é que investe alguém do *direito-capacidade* para o exercício do mando, da autoridade. Uma vez politicamente investido, o sujeito atua, com direito, com capacidade e com autoridade. Também não é difícil deduzir que *capacidade*, neste contexto, é essencialmente sinônimo de *investidura*, ou seja, é *capaz* aquele que foi “vestido”, politicamente. Dito de outra forma: o sujeito político é dono do direito de agir, é capaz para agir com autoridade. Tal autoridade, por sua vez, igualmente se circunscreve ao âmbito político, é *autoridade política*, não chega, de modo algum, a aproximar-se necessariamente da autoridade técnica, dada pelo conhecimento, nem da autoridade moral, dada pela isenção, pelo desinteresse, pela dignidade, pela nobreza de caráter.

Aí se escancara o paradoxo: autoridade política não é autoridade moral, mas deveria ser, sob pena de ir por terra toda e qualquer esperança de legitimidade da política e do poder que ela confere. Sintoma: a *legitimidade*, fundamento da investidura política, não consegue resistir à sua mais necessária aproximação, nem no espaço asséptico de um simples dicionário. Segue-se a torrente semântica de: *estratégia, manipulação, imposição, supremacia e poder*.

Saindo da pura abrangência lexical, cuja abordagem já é suficientemente instigante, pode-se exercitar uma aproximação da política com a ética, o que é coerente com tudo que os cenários humanos significam, criam e transformam, enquanto conceito, prática social e mesmo enquanto corpo de conhecimento, mais revestido ou menos de cientificidade. Pode-se dizer que o cenário é o da Teoria Política, ainda que se esteja nas suas periferias.

A política esteve e está postada, desde o seu nascimento ou sua “invenção”, em um vértice contraditório da natureza humana, pretendendo um equilíbrio entre duas realidades múltiplas e desequilibradas: a vida humana em sociedade e o fenômeno do poder. No dizer de LIXA, a reflexão política teve sua origem na Antiguidade grega como “uma forma possível de humanização”, mas na trajetória histórica experimental “momentos” de sentido totalmente

inverso. De um lado a *polis* e de outro o *logos* davam forma ao modo de vida grego ateniense. Aquela, Cidade-Estado, este, racionalização do mundo circundante, ambos constituíam “distintas dimensões da liberdade e pluralidade humana” (LIXA, 2003, p. 11). Platão e Aristóteles fundaram notável percepção do fato de que o convívio humano é uma cotidiana contraposição de diversidades e de diferentes interesses, e conceberam a política como a “racional abstração acerca do conflito coletivo humano” (LIXA, 2003, p. 12). Assim foi reconhecida a capacidade que a reflexão política possuía de estabelecer princípios racionais estabilizadores dos assuntos humanos (atuação nada simpática aos interesses dominantes). Essa compreensão e o conseqüente desnudamento do conflito humano tornou-se “uma permanente preocupação da reflexão política”, tanto nos séculos IV a VI a. C. quanto na atualidade. Dentro da história ocidental, pensar a política é sinônimo de “refletir acerca da ética das idéias e da ação”. Realmente, a vida grega da época (séc. IV a VI a. C.) propiciou, primeiramente, uma mistura especial feita de filosofia, ciência e cultura e, em seguida, a sua projeção para o campo da política, vista como convergência do conhecimento e da ação (LIXA, 2003, p. 12-13).

Os gregos reconheciam na liberdade uma condição para a vida digna. Nem escravos, nem artesãos, nem mercadores eram livres, pois não possuíam livre ação e livre movimento. Ser livre significava não viver preso à sobrevivência, ou seja, liberdade era “independência em relação às necessidades básicas da vida”, o que permitia, nesse patamar superior da existência, o direito a uma vida digna, assim manifestada: a vida centrada nos prazeres do corpo; a dedicação aos assuntos da *polis*; e a “vida de filósofo”, esta última voltada às coisas eternas, inatingíveis pela produção e pelo consumo (LIXA, 2003, p. 13). A *lei*, bem como a *democracia* andavam na base daquilo que definia a vida livre e digna do homem grego. Ser livre era não ser escravo, tanto quanto participar politicamente. Aí entra, oportunamente, o conceito de cidadania, que Aristóteles expressou no seu “animal político”; o *zoo politikon* é necessariamente “um ser com qualidade de cidadão” (LIXA, 2003, p. 16).

Esse homem-cidadão-grego-antigo-clássico era “produzido” na *polis*, mediante o convívio social, essencial para a dignidade de sua vida, sendo que a existência em comum possibilitava a sua realização política, ao lado e além da sua vida privada, na esfera do cosmos político da *polis*. Era preciso que ele se sentisse inserido na organização social e política que superava em muito o mero aglomerado urbano. A *polis* era bem mais do que só coletividade, era ideal de organização social, tida como “dádiva divina”, capaz de “conferir sentido e

individualidade à existência humana”, verdadeira “razão de existir como humano” para o homem grego. O que houve antes pode ser descrito como “um mundo pré-político”, o mundo “homérico” na Grécia, no qual somente se pode encontrar a *polis* em “sentido embrionário” (LIXA, 2003, p. 13-16). O advento da *polis* representou a superação da organização social gentílica, centrada no clã familiar. O resultado foi um ser cidadão individualizado e relativamente autônomo, capaz de morrer pela liberdade da sua *polis*, bem como esperar dela o reconhecimento de seu valor (CHEVALLIER apud LIXA, 2003, p. 14).

A propósito, Aristóteles trata a política como sendo um conseqüente, ou um desdobramento da ética. Está-se falando de ética quando o fim é *a felicidade do indivíduo*, e, de política, quando se aborda *a felicidade da coletividade na polis*. A reflexão política irá, pois, do ponto de vista de Aristóteles, visualizar que tipo de *constituição* de um estado gera essa felicidade coletiva. Isso significa estudar e apontar *formas de governo* e tipos de *instituições* capazes de orientar rotinas em sociedade no sentido de atingir esse fim, que é, em si, político ou, na completude, ético-político. Como, para o grande Estagirita, a felicidade se consoma na vida virtuosa, o fim do estado, a felicidade coletiva, pressupõe uma virtude cidadã ou a formação moral dos cidadãos virtuosos. Assim é que, em Aristóteles, a ética se confunde com a moral individual, e a política, com a moral social. De toda forma, esta última é uma conseqüência da primeira, um ponto de chegada e uma realização sua por desdobramento em quantidade e em qualidade, o que permite a união lógica dos conceitos de ética e de política.

Coerente com tudo isso é o pensamento de que o fim do Estado foi e continua sendo o “bem comum”. A prática política foi e continua sendo perigosa para os filósofos (Sócrates pagou com a própria vida a aplicação filosófica à política), na medida em que se operou, ao longo do tempo mas desde a Antiguidade, uma inversão na idéia de justiça e bem comum, e a *ratio* preponderante é “perversa e excludente”. Entretanto, lendo as linhas e as entrelinhas dos mestres Antigos, permanece no espírito contemporâneo a certeza de que é possível “buscar sentido na experiência do conflito” (LIXA, 2003, p. 27). Esta síntese, aparentemente simplista, congrega a realidade e a utopia e aponta o caminho, longo e possivelmente interminável, de aplicação do ideal ético-filosófico, supostamente apenas teórico, na prática política, “inventada” pelos sábios gregos e reinventada cotidianamente pelos cidadãos de todos os tempos.

CONCLUSÃO

Política congrega, no próprio espectro semântico do termo, tudo que ela tem sido historicamente: misto de bem e mal, de certo e errado, de urbanidade-cortesia e astúcia-manipulação. Feita de ética e de mentira, ela é arte, sim. Por vezes, arte de melhorar a vida e enaltecer a coletividade humana (como era na polis grega descrita por Aristóteles). Por outras, arte de “artimanha”, que não reconhece nenhuma teleologia ético-filosófica a justificar sua existência (como talvez tenha sido na polis grega real). Mas o conflito ensina a quem tem “olhos de ver”. Acima e além da utopia, vale pensar a política de dentro da sua referência contraditória. Antiguidade e contemporaneidade dão-se as mãos nesse território instigante, desafiador, que convoca para iluminá-lo outros “gigantes” conceituais como democracia, poder, legitimidade e bem comum.

REFERÊNCIAS

ARISTÓTELES. **A política**. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

LIXA, Ivone F. Morcilo. O sentido da política em Platão e Aristóteles. In: **Introdução à História do Pensamento Político**. Antonio Carlos Wolkmer, Org. Rio de Janeiro; São Paulo: Renovar, 2003.